

TIPO

203 ARTIGO CIENTÍFICO

ÁREA TEMÁTICA

ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA

TÍTULO

ÉTICA PROFISSIONAL E COMPETÊNCIA MORAL DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA IES NA REGIÃO AMAZÔNICA.

Radeo Sousa Silva (radeosilva@hotmail.com)

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Felipe Figueira Silva (felipefigueirah@gmail.com)

Juliana Gonçalves Sturzenegger (juliana.pvh88@gmail.com)

Angelina Maria de Oliveira Licório (clicorio@gmail.com)

RESUMO

O estudo tem por objetivo avaliar a competência moral, por meio da aplicação do Moral Judgment Test (MJT), de Kohlberg, entre os estudantes do curso de Ciências Contábeis de uma IES da Região Amazônica do Brasil. O MJT é um instrumento desenvolvido por Kohlberg onde são apresentados alguns dilemas morais aos entrevistados. O desenvolvimento moral é medido a partir das respostas obtidas na entrevista. Esta pesquisa comparou todas as turmas da graduação, aplicando o instrumento em 30% dos alunos de cada período. Sobre o desenvolvimento moral, foram avaliados fatores como gênero, influência por períodos iniciais e períodos finais, e os acadêmicos do curso de modo geral. Os resultados foram obtidos a partir do percentual C-index, que classifica o desenvolvimento moral em: baixo (1 a 9 pontos), médio (10 a 29 pontos), alto (30 a 49 pontos) e muito alto (maior que 50 pontos). Nesta pesquisa alguns acadêmicos ficaram abaixo dessa classificação, não atingindo nenhum dos níveis estabelecidos. O fato de haver muitos acadêmicos concentrados no nível médio de competência moral deve ser motivo de alerta para os professores e coordenadores, de modo a buscar estratégias que modifiquem esse quadro.

Palavras-Chave: Competência Moral. Moral Judgment Test (MJT). Ética Profissional.

1 INTRODUÇÃO

A globalização ocorrida nas últimas décadas elevou o movimento de industrialização das organizações, e assim o processo evolutivo da profissão contábil também deu um salto. Devido a complexidade que os negócios foram adquirindo, o contador ganhou maior importância dentro das empresas, e aos poucos a função de guarda-livros – pela qual a profissão era conhecida – foi se transformando (MACHADO; NOVA, 2008).

O curso de Ciências Contábeis no Brasil foi oficialmente implantado no governo de Juscelino Kubitschek, logo após a 2ª Guerra Mundial, “quando se fez necessário o desenvolvimento das forças produtivas locais em toda sua extensão técnica e administrativa” (PELEIAS *et al.*, 2007, p. 27). Assim, por meio do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, surge o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos, que concedia aos seus concluintes o título de Bacharel em Ciências Contábeis. Desde então, o curso vem evoluindo conforme o desenvolvimento social, econômico e político do cenário brasileiro.

De acordo com os dados censitários mais recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) foi constatado que o curso de Ciências Contábeis está entre os 5 (cinco) cursos superiores mais procurados pelos estudantes oriundos do ensino médio, ocupando a quarta colocação com 353.597 matrículas no ano de 2014 (INEP, 2015).

A procura pela formação contábil denota a relevância desse profissional no mercado de trabalho brasileiro, principalmente em épocas de crise financeira a qual intensifica a já ferrenha e acirrada concorrência entre as empresas. Nesse contexto, com vistas a superar o concorrente a qualquer custo, algumas organizações negligenciam condutas inadequadas ou inapropriadas dos próprios colaboradores e não se preocupam em exigir padrões de comportamentos éticos tão conservadores de seu corpo funcional, fazendo com que exista nos segmentos empresariais uma crescente preocupação quanto à ética profissional.

É a ética que mantém o equilíbrio entre o querer, o poder e o dever; essas forças contrárias que se atraem e se afastam ao mesmo tempo (RESENDE, 2016; VELTER; MISSAGIA, 2012; WELLS; SPINKS, 1998).

Por tratar das relações interpessoais dos indivíduos que convivem em uma sociedade, a ética é um assunto sempre presente em nosso cotidiano. Dotados de uma consciência moral e sabendo distinguir entre o certo e o errado, o justo e o injusto, os seres humanos são capazes

de avaliar suas próprias ações. Abordar a ética, e principalmente a sua falta, seja ela nas relações interpessoais ou profissionais faz-se necessário já que somos diariamente tomados por notícias de fraudes milionárias, desvios de dinheiro, esquemas de corrupção entre outros, onde os responsáveis, por vezes, não recebem o rigor da lei.

Diante desse contexto, por razões sociais e políticas quanto à formação educacional dos estudantes de Ciências Contábeis e futuros profissionais da área contábil, foi lançado o seguinte problema: a partir da competência moral, qual a perspectiva que os alunos de graduação em Ciências Contábeis têm acerca da ética profissional, uma vez que a grande maioria dos acadêmicos se encontra inserida no mercado de trabalho.

Sendo assim, este trabalho tem o fito de investigar, sob a perspectiva da ética profissional, a competência moral dos alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma IES (instituição de ensino superior) localizada na capital do Estado de Rondônia, região amazônica do Brasil. Para alcance desse objetivo foi aplicado o instrumento *Moral Judgment Test* (MJT), de Lawrence Kohlberg (1927-1986) (FEITOSA *et al.*, 2013; BATAGLIA, P. U. R.; SHIMIZU, A. M.; LEPRE, 2010). “Depois de Piaget – pioneiro na psicologia do desenvolvimento moral – talvez o mais importante psicólogo na matéria seja Kohlberg, cuja pesquisa completou e ampliou a do primeiro” (DUSKA; WHELAN, 1994, p. 53).

A relevância deste estudo está em que uma vez identificados os dados sobre a percepção da ética profissional, os conselhos profissionais regional e federal, sindicatos e instituições de ensino poderão utilizar-se dos mesmos como uma das fontes de elaboração de estratégias de abordagem acerca do debate e conhecimento da ética aplicada à vivência no mercado de trabalho, valorizando ainda mais a profissão contábil, além de aprimorar o ensino da ética profissional.

Este artigo encontra-se dividido em três partes, sendo a primeira inteiramente teórica, trazendo uma discussão com os conceitos dos autores adotados acerca de ética e moral, código de ética e ética profissional e também dados de um estudo realizado em uma Instituição de Ensino Superior na região sul do Brasil, com acadêmicos de contabilidade, que refletem a perspectiva dos mesmos sobre ética profissional contábil. O artigo prossegue com seção abordando os procedimentos metodológicos adotados pelos pesquisadores, em seguida com a apresentação dos resultados e, finalmente, se encerra com a exposição das considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ética e Moral

Quando se fala em ética, é preciso recordar ensinamentos que surgiram à época em que os homens passaram a conviver em sociedade. Foi a partir dessa experiência que se estabeleceram regras de comportamento e convívio, originando então a ética. Essas regras evoluíram com o passar do tempo, algumas se modificaram e são aceitas ainda hoje, outras foram extintas ou esquecidas.

Em abordagem sobre a ética clássica, Arruda, Whitaker e Ramos (2003, p.26) citam que Aristóteles, como um dos precursores do pensamento ético, a correlacionava com a prática do bem, defendendo que “a ética é a ciência de praticar o bem. O bem de cada coisa está definido em sua natureza: esse bem é uma meta a alcançar”.

Caracteriza-se a ética como uma ciência que estuda os atos dos seres humanos concomitante com a moral bem como seu comportamento, sua moral e conduta perante a sociedade em que ele está inserido. Filosoficamente trata-se de uma ciência especulativa uma vez que neste campo não há resultados exatos na análise da conduta humana e seus atos tudo tem a ver com suas atitudes perante sua comunidade.

Ao abordar a ética, diversos conceitos podem ser destacados, dentre eles Campos, Greik e Vale (2002, p.1) a definem como

[...] Um conjunto de regras, princípios ou maneiras de pensar que guiam, ou chamam para si a autoridade de guiar as ações de um grupo em particular (moralidade), ou também, o estudo sistemático da argumentação sobre como nós devemos agir (filosofia moral).

Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (FERREIRA, 2010), ética é “o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal”. Já moral é definida como “conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer do modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para o grupo ou pessoa determinada”. Essa associação feita nos significados de ética e moral reafirma o que Cortina e Navarro (2005, p.20) acreditam: com frequência a palavra ética é usada como sinônimo de moral e que

[...] Desse modo, “ética” e “moral” confluem etimologicamente em um significado quase idêntico: tudo aquilo que se refere ao modo de ser ou caráter adquirido como resultado de pôr em prática alguns costumes ou hábitos considerados bons.

A palavra ética deriva do grego *ethos*, que significa “modo de ser”, enquanto moral deriva do latim *mor*, que significa “costumes” como bem define Coimbra (2002, p. 75). Ambas fazem alusão aos relacionamentos humanos de um determinado grupo, no entanto diferem no momento em que ética é a ciência que estuda e moral é o objeto estudado. Em síntese, a ética atém-se ao campo da teoria, em pensar o modo de agir dos indivíduos que seria mais aceito sem que este interfira no convívio harmônico daquela sociedade. A moral por sua vez atua no campo material, prático, no agir; abrange os fatores que formaram a moralidade de agir do ser humano, ou seja, experiências anteriores, o modo de criação, os costumes aprendidos e adquiridos, que fazem o indivíduo tomar determinadas atitudes em dadas situações.

Para Stukart (2003, p.13) “não podemos negar a endógena e instintiva inclinação do ser humano para a agressão [...] já que a agressividade foi durante milênios, uma virtude do homem”. Antes o impulso agressivo era absorvido pelo trabalho pesado do campo, entretanto hoje, na era das máquinas e escritórios esse impulso manifesta-se como irritabilidade, alergias e agressividade.

Em estudo sobre a história da ética, Campos, Greik e Vale (2002) mencionam que Immanuel Kant (1724-1804), um dos principais filósofos modernistas, afirmava que os seres humanos seriam egoístas, ambiciosos, destrutivos, agressivos, cruéis e cheios de prazeres pelos quais mata, mente e rouba, embora nunca saciados. Além disso, Kant acreditava que não existia bondade natural e que os seres humanos deveriam se submeter ao dever para tornarem-se seres morais. Por outro lado, na contemporaneidade, Friedrich Nietzsche (1844-1900) acreditava que os valores éticos tinham origem na emoção e não na razão. Assim, o homem forte seria aquele que não se sujeita a moral proposta e repressora e que não reprime seus impulsos e desejos. Todavia, nem sempre esta falta de repressão de atitudes gera boas consequências.

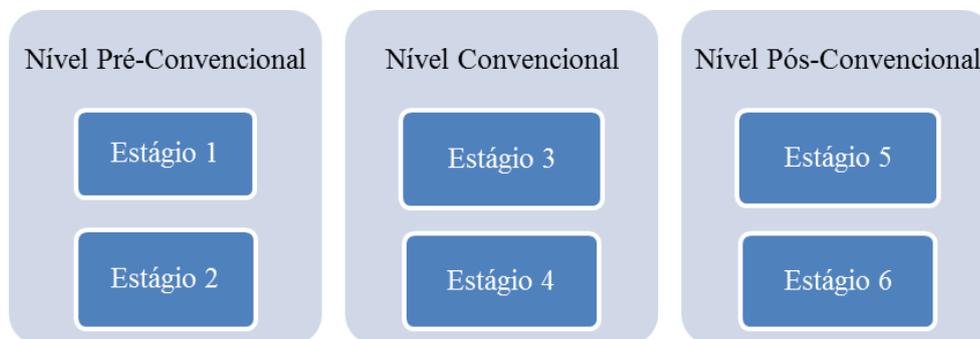
2.2 Desenvolvimento Moral

A teoria do desenvolvimento moral humano baseia-se em compreender o comportamento do indivíduo perante as situações e dilemas diários e estudar seus valores e até onde estes vão (PIAGET, 1983).

Um dos precursores do campo do desenvolvimento moral é Lawrence Kohlberg (1927-1986), que se dedicou ao estudo do desenvolvimento moral e impulsionou essa teoria (BATAGLIA, P. U. R.; SHIMIZU, A. M.; LEPRE, 2010). Em suas pesquisas com grupos de indivíduos diferentes entre si, Kohlberg utilizou a entrevista como método e adotou uma sistemática que apresentava aos entrevistados uma situação de dilema moral no qual eram formuladas perguntas a serem julgadas individualmente e posteriormente justificadas as respostas individuais de cada um. Estas respostas eram a ferramenta utilizada por Kohlberg para a pesquisa do processo de desenvolvimento moral. Ele estudou também um sistema de catalogação das respostas para que estas, após uma classificação, indicassem o estágio ou nível de desenvolvimento moral alcançado pelo entrevistado.

Duska e Whelan (1994) trazem como exemplo um dos dilemas de Kohlberg, conhecido como “Dilema de Heinz”, onde Heinz vendo sua esposa definhando e não conseguindo o dinheiro para comprar o remédio recém-descoberto, invade uma farmácia à noite e o rouba para tratá-la. Os referidos autores apresentam os dilemas feitos sobre a história citada: Deveria Heinz roubar o remédio? Por quê? O que é pior: deixar morrer ou roubar? O que significa para você o valor da vida? A partir das respostas obtidas nas entrevistas, Kohlberg identificou seis estágios que constituem três níveis de raciocínio moral, conforme representado na figura 1.

Figura 1- Estágios de raciocínio moral.



Fonte: elaborado pelos autores.

No nível pré-convencional, o juízo de moral é feito baseado nas consequências diretas de sua ação. Este nível contempla o estágio um, onde o sujeito segue as normas apenas por medo do castigo; o sujeito preocupa-se apenas com o resultado direto que ações possam ter. Esse estágio foi denominado por Kohlberg de estágio da moralidade heterônoma. O segundo estágio contemplado pelo nível pré-convencional contempla um sujeito que apresenta pensamento egocêntrico e pensa apenas em seus próprios interesses, por isso é considerado o estágio do individualismo. Já no nível convencional, que contempla os estágios três e quatro, o indivíduo obedece a norma mesmo não havendo consequência para o cumprimento ou descumprimento da mesma. Ele acata as visões de mundo e as expectativas da sociedade. O estágio três é conhecido como o do "bom menino", pois o indivíduo sente necessidade de cumprir aquilo que as pessoas esperam. No estágio quatro, o indivíduo preza pela ordem social, e acredita que todos devem colaborar com a organização social. Finalmente no nível pós-convencional, que estão compreendidos os níveis cinco e seis. No estágio cinco, por exemplo, o indivíduo vê a ordem social como um contrato social, em que considera os interesses individuais. O estágio seis de desenvolvimento é considerado por seu elaborador, o nível mais evoluído, uma vez que é caracterizado pelos princípios éticos universais.

O MJT é resistente a falseamentos, ou seja, o entrevistado não conseguirá manipular (aumentando ou diminuindo) o resultado, mesmo que receba algum tipo de instrução particular.

Originalmente elaborado em alemão (*Moralisches Urteil Test - MUT*) na década de 1970, por Georg Lind, o MJT tem estudos de adaptação para 27 línguas e tem se mostrado muito útil para mensurar os efeitos de programas de competência moral (BATAGLIA, 2010).

2.3 O Código de Ética e a Ética Profissional

Apesar de tratada com mais frequência, muito dessa ação voltada à ética tem-se dado no campo da retórica, principalmente no que diz respeito à ética na atividade profissional. Diversas são as notícias de corrupção e dissimulação nos negócios, e a sociedade em si tem cobrado mais responsabilidade dos profissionais envolvidos em situações desse tipo.

Sobre o conceito de ética, as sociedades se mantêm homogêneas principalmente por leis e costumes muitas vezes impostas, porém, que garantem a ordem na convivência entre estes.

Nas organizações não é diferente, uma vez que também procuram adotar um sistema de valores morais e de conduta garantindo a homogeneidade entre as partes e uma maior integração contribuindo para o bom desempenho organizacional. A sistematização dos valores morais é representado como o código de ética, que por sua vez, tem como principal função manter a ordem entre acionistas, proprietários, clientes, fornecedores e membros da comunidade onde a empresa está inserida. É o momento onde os heterogêneos se tornam homogêneo, isto é, os indivíduos de diferentes comunidades, com diferentes visões de valores, atitudes e conduta pessoal reúnem-se em prol da atividade fim da empresa. Para Lima (2002, p. 69) “o código de ética é quem normatiza os objetivos, direitos, deveres, responsabilidades e penalidades referentes à dada atividade profissionais”.

Não obstante, Arruda, Whitaker e Ramos (2003, p.65) enfatizam sobre o real sentido da utilização do código de ética ao afirmarem que

[...] Problemas de ética são desenvolvidos por meio de um processo que envolve todos os integrantes da empresa e que passa pelas etapas de sensibilização, conscientização, motivação, capacitação (...). Uma vez implantado o código de ética, deve ser desenvolvido um trabalho de acompanhamento e adequação às circunstâncias internas e externas da organização.

Apesar do código de ética dirimir os problemas de conduta ou de relações interpessoais, não tem a função de solucionar os problemas éticos das organizações, mas sim oferecer diretrizes para o bom funcionamento das empresas utilizando-se das formas éticas de se conduzirem (SOUSA; SANTOS; SILVA, 2015; VELTER; MISSAGIA, 2012.).

Não diferente do comportamento do ser humano perante a sua comunidade, aborda-se a ética profissional sob a visão de garantir uma conduta específica e eficaz garantindo a homogeneidade das partes que compõem a empresa. Sobre isso, Sá (2004, p.143) defende que

[...] A profissão como a prática habitual de um trabalho, oferece uma relação entre necessidade e utilidade, no âmbito humano, que exige uma conduta específica para o sucesso de todas as partes envolvidas – quer sejam os indivíduos diretamente ligados ao trabalho, quer sejam os grupos maiores ou menores onde tal relação se insere.

Para a eficácia do comportamento ético da instituição, deve-se agregar um valor ético e íntegro pessoal do indivíduo para que se tenha uma imagem de qualidade. Todo profissional, quando na execução de suas funções tem total liberdade para o sucesso no

alcance de suas atribuições; entretanto tal liberdade não o isenta de manter uma postura ética e de seguir normas padronizadas de comportamento.

A base para o fortalecimento neste processo, ainda de construção da ética profissional, é sem dúvida a observação e o respeito por parte dos próprios profissionais.

Um fato certo é que ninguém nasce ético, por isso aprender sobre tal ciência se faz extremamente necessário. Aprender os conceitos é o que leva a reflexão sobre o que é ser ético. Nesse sentido, Egg (2012, p. 57) argumenta que

[...] Ao agir, o profissional, independente da profissão e atribuição, deve ter um determinado preparo técnico e um bom nível de conhecimento. Pois ao entrar no mercado de trabalho, será responsável pelas consequências de seus atos e deverá aderir ao conjunto de normas estabelecidas pelo código profissional. O profissional tem a obrigação de conhecer os códigos de ética que são feitos para sua classe profissional.

Para a classe contábil, o código de ética aplicável a técnicos em contabilidade e contadores foi aprovado pela resolução CFC nº 803/1996, no qual em seu capítulo um, art. 1º, estabelece a forma pela qual os profissionais da contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão, devem conduzir-se (BRASIL, 1996).

2.4 A Perspectiva dos Alunos Acerca da Ética Profissional Contábil

Ao se escolher uma profissão, esta escolha traz consigo o dever do conhecimento, o que por sua vez implica no dever da execução adequada da escolhida atividade. No que diz respeito à área da Contabilidade, existem duas categorias profissionais previstas em lei, as quais são o técnico em contabilidade (com formação de nível médio) e o contador (com formação de nível superior).

Ao profissional de nível superior, as atividades podem ocorrer de diversas formas, como por exemplo: atuação na esfera pública e privada; pela prática da perícia, atividades de auditoria, controladoria e, também, o ensino. Seja qual for à área, o contador lida diariamente, com algo que é considerado hoje um dos bens mais preciosos da economia: a informação.

“Este simples fato demonstra que no exercício profissional os valores éticos do contabilista, em qualquer nível, são constantemente postos à prova” (LISBOA, 1997 apud FREITAS; DIEHL; MACAGNAN, 2011, p. 29).

Assim, o sigilo das informações a que se tem acesso é um dos principais aspectos a serem observados pelos profissionais da contabilidade. Em estudo realizado com 232 alunos do curso de ciências contábeis, em uma universidade privada no sul do Brasil por Peleias *et al.* (2007), verificou-se que a grande maioria dos acadêmicos não trabalha no ramo contábil, bem como também a grande maioria acredita que ética, refere-se ao modo que uma pessoa age em determinada situação. Quanto à importância da ética, houve dois grandes grupos: o de maior porcentagem acredita que a mesma é fundamental porque vivemos em sociedade, o segundo; porque estabelece às leis morais. Em média, 73% consideram o código do profissional contábil necessário, mas admitem nunca o ter lido.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se o método dedutivo com a coleta de embasamento teórico por meio de pesquisa bibliográfica, sites especializados, periódicos e trabalhos científicos sobre o tema (SIENA, 2007).

Para a investigação em campo, os pesquisadores fundamentaram-se nos estudos de Bataglia (2010) acerca do instrumento *Moral Judgment Test* (MJT), o qual foi aplicado no corpo discente do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior (IES) localizada na capital do Estado de Rondônia, região amazônica do Brasil. A aplicação do questionário foi precedida de uma explicação sobre o instrumento e sua importância para o estudo. Na capa do questionário havia explicações sobre como proceder no preenchimento do mesmo.

Durante a aplicação do instrumento, fez-se o possível para deixar os participantes à vontade para responder aos dilemas, e os docentes apoiaram a aplicação do mesmo. Em alguns períodos foi necessário retornar mais de uma vez, pois o número de alunos em um primeiro momento não correspondia aos 30% necessários para a realização da pesquisa. Acima de 50% dos participantes respondeu completamente o questionário, entretanto, alguns demonstraram dificuldade de interpretação e desinteresse.

O instrumento MJT visa medir a competência moral do participante, objeto deste estudo e conseqüentemente sua influência na ética profissional. E ainda, avaliar a capacidade moral do indivíduo mediante apresentação de contra-argumentos, permitindo a escolha entre as variáveis indicadas nos casos apresentados, elencadas em seis níveis. Tais níveis vão desde

o conhecimento do indivíduo entre o certo e errado bem como a consequente punição, até o estágio onde o indivíduo aceita as leis e contratos de obediências e reconhece seus princípios a partir de sua consciência.

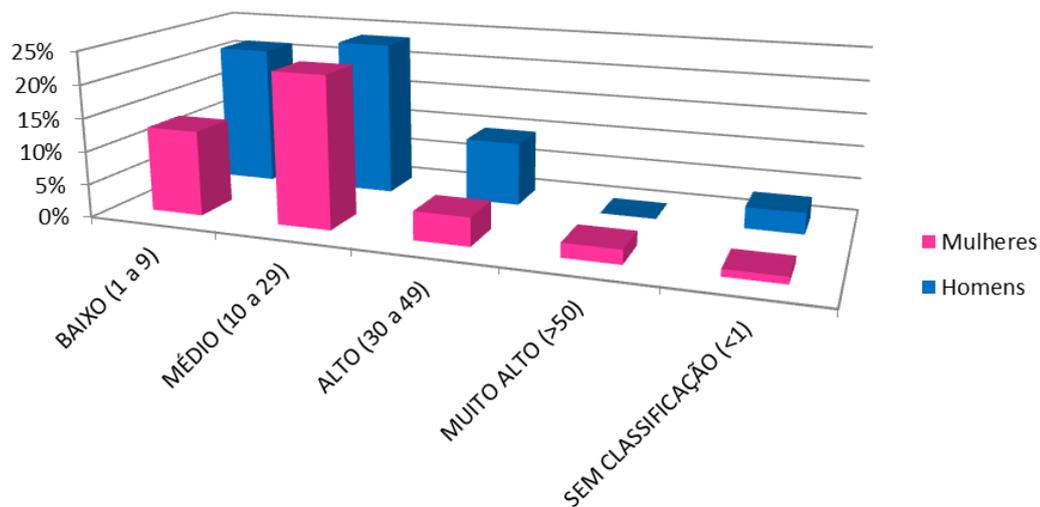
A análise dos resultados do presente estudo foi realizada por meio de tabulação onde a competência moral do participante foi classificada de acordo com a pontuação obtida no C-index (variável de classificação da competência moral). A organização dos estratos se dispôs em: i) Baixo (de 1 a 9 pontos); ii) Médio (de 10 a 29 pontos); iii) Alto (de 30 a 49 pontos) e iv) Muito Alto (igual ou maior que 50 pontos). Neste estudo, alguns participantes ficaram abaixo dessas pontuações, não se encaixando em nenhuma das classificações.

Durante a coleta de dados do presente trabalho, alguns questionários foram descartados a fim de não prejudicar o resultado da pesquisa, uma vez que os respectivos participantes marcaram mais de uma opção em algumas alternativas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com o descarte de seis questionários, por não preenchimento adequado e assim não suscetível à coleta de dados, o total de questionários válidos foi noventa e quatro. No desempenho de competência moral por gênero (gráfico 1) e por períodos (gráfico 2) não houve variações significativas nos resultados alcançados em cada uma delas. Já no desempenho de competência moral dos alunos no geral (gráfico 3), ocorreu expressiva diferença na classificação final de um nível para o outro.

Gráfico 1- Desempenho por gênero quanto a competência moral.

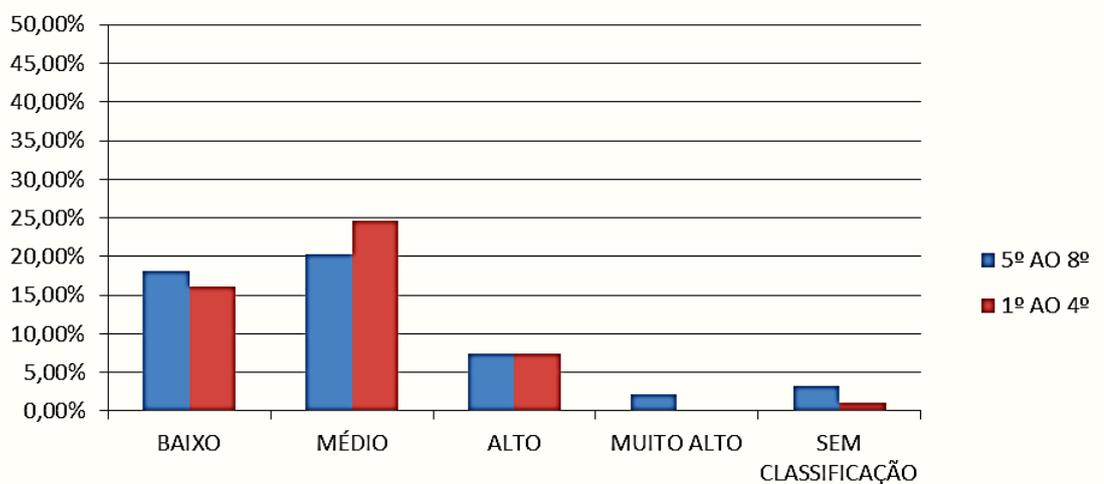


Fonte: elaborado pelos autores.

No desempenho por gênero (gráfico 1), o nível que se sobressaiu em ambos foi o nível médio de competência moral, com 22,74% para os homens e 23,54% para as mulheres. Não houve uma diferença significativa, apenas 0,8% entre um gênero e outro, apesar de os homens representarem a menor parcela desta pesquisa.

Nos demais níveis, os resultados voltam a ser bem parecidos, como por exemplo, no nível alto. Entre aqueles que detiveram desempenho inferior a um e ficaram sem classificação, as mulheres foram maioria, encaixando-se três nesta, e apenas um homem.

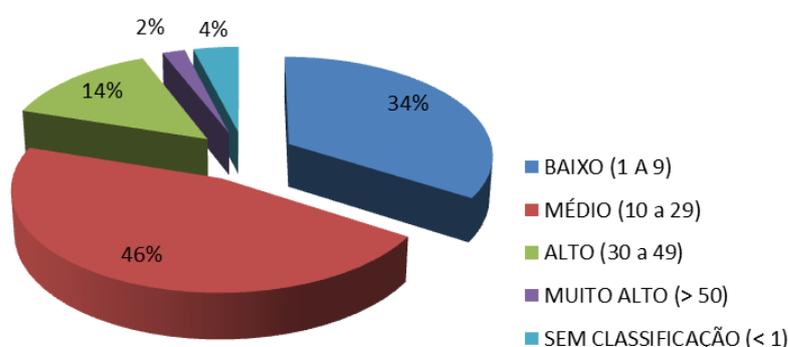
Gráfico 2 - Desempenho por períodos quanto à competência moral.



Fonte: elaborado pelos autores.

No desempenho por períodos (gráfico 2), para fins de estudo, os participantes foram dispostos da seguinte forma: períodos iniciais (1º ao 4º) e períodos finais (5º ao 8º). Assim como no desempenho por gênero, não ocorreu variação significativa entre um e outro. O nível médio sobressaiu-se, tendo os alunos dos períodos iniciais uma leve liderança percentual, mas o interessante é que os representantes do nível muito alto pertencem aos alunos dos períodos finais. Outro dado interessante é o empate percentual ocorrido entre os dois grupos, no nível alto de desenvolvimento moral.

Gráfico 3 - Desempenho de modo geral quanto à competência moral.



Fonte: elaborado pelos autores.

Todos os níveis foram representados, alguns como o nível alto e muito alto de maneira menos expressiva. O nível que se sobressaiu foi o nível médio de competência moral, seguido pelo nível baixo.

Houve diferenças bastante significativas quanto à classificação final de um nível para o outro, por exemplo, a diferença entre o nível mais classificado - o nível médio- para o segundo mais classificado - nível baixo - foi de 12%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa, que atestaram nível médio de competência moral para os acadêmicos de contabilidade de uma IES na região amazônica do Brasil, devem ser interpretados com ponderação em função do estudo ser pioneiro neste assunto. Existem outros estudos semelhantes, voltados a outras categorias trabalhistas e estudantis, mas quanto à aplicação do instrumento ético MJT à estudantes de contabilidade, com objetivo de medir o desenvolvimento moral dos mesmos, não foram encontrados outros trabalhos até a conclusão deste. Assim, para que se possa constatar com mais propriedade os dados aqui obtidos, são necessários estudos mais extensos com a aplicação do MJT no mesmo grupo em diferentes momentos do curso.

O fato de o profissional contábil lidar diariamente com aquilo que provavelmente é considerado o patrimônio mais precioso de qualquer organização, a informação, exige um profissional moralmente competente. Uma decisão equivocada tomada por parte deste profissional, com ou sem dolo, com ou sem o conhecimento e apoio do empresário/diretor, pode levar à falência um negócio que demorou anos para chegar aonde chegou, e pior, afetar de forma drástica a vida dos colaboradores e/ou parceiros comerciais.

Com o resultado do estudo, ou seja, a alta pontuação de alunos classificados nos níveis médio e baixo, em contraposição aos poucos alunos que se classificaram nos níveis alto e muito alto, indica que os acadêmicos estão desenvolvendo bem as habilidades técnicas da profissão, mas não estão sendo devidamente bem preparados para as implicações morais que a profissão possa vir a exigir. Ao contador, além do conhecimento técnico, faz-se necessário também exigir o desenvolvimento moral, para que este possa romper qualquer empecilho ético que surgir no exercício da profissão.

A apresentação dos resultados demonstra o quão importante é o desenvolvimento do debate ético em sala de aula nas instituições de ensino superior, assim como nos conselhos estadual e federal dos contadores; afinal, como bem questiona Kraemer (2001, p.40), “como serão os profissionais contábeis no futuro? Serão os que oferecem os melhores preços e os mais modernos computadores, ou os que oferecem um trabalho de ponta, moral e útil ao cliente?”.

Portanto, é de responsabilidade de todos aqueles que se preocupam com a competência moral dos acadêmicos encontrar e adotar melhor meio de aplicar esses ensinamentos às respectivas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. C. C.; WHITAKER, M. do C.; RAMOS, J. M. R. **Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica**. 2ª Edição. Editora Atlas. São Paulo. 2003.
- BATAGLIA, P. U. R. A validação do Teste de Juízo Moral (MJT) para diferentes culturas: o caso brasileiro. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 83-91, 2010.
- BATAGLIA, P. U. R.; SHIMIZU, A. M.; LEPRE, R. M. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 15, p. 25-32, 2010.
- BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução 803/1996**. Código de Ética Profissional do Contabilista. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_803.doc> Acesso em 11 out. 2014.
- CAMPOS, M.; GREIK, M.; VALE, T. do. História da Ética. **Revista Científico**. Ano 2, vol. 1. Salvador, agosto-dezembro. 2002. Disponível em: <http://www.ricardoalmeida.adm.br/Historia_da_Etica.pdf> Acesso em 16 de abril de 2014.
- COIMBRA, J. de A. A. **Fronteiras da Ética**. São Paulo: SENAC, 2002.
- CORTINA, A; NAVARRO E.M. **Ética**. Edições Loyola. São Paulo. Brasil. cap. 1, p. 9-26. 2005.
- DUSKA, R; WHELAN, M. **O desenvolvimento Moral da Idade Evolutiva: Um guia a Piaget e Kohlberg**. São Paulo: Loyola, 1994.
- EGG, R. F. R. **Ética nas Organizações**. Curitiba: IESDE, 2012.
- FEITOSA, H. N.; REGO, S.; BATAGLIA, P. U. R.; REGO, G.; RUI, N. Competência de Juízo Moral dos Estudantes de Medicina: um Estudo Piloto. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Manguinhos, p. 5-14. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022013000100002&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 15 set. 2014.
- FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5ª ed. Curitiba. Editora Positivo. 2272 p. 2010.
- FREITAS, A. C.; DIEHL, C. A.; MACAGNAN, C. B. A percepção de ética de curso de graduação em ciências contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v.5, n. 1, p. 21-49. Jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/228/99>> Acesso em: 20 set. 2014.
- INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Dados apontam aumento do número de matrículas. Brasília, 2015, dez. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/todas-noticias?p_p_auth=2IBPlzGK&p_p_id=56_INSTANCE_d9Q0&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-

[2&p_p_col_pos=2&p_p_col_count=3& 56 INSTANCE d9Q0 groupId=10157&p_r_p_564233524_articleId=159898&p_r_p_564233524_id=160181](http://www.scielo.br/pdf/rce/v18n1/a03v18sp.pdf)> Acesso em 5 dez. 2015.

KRAERMER, M. E. P. Ética, sigilo e o profissional contábil. **Contabilidade Vista e Revista**. Belo Horizonte, v.12, n.2, p.33-48. Ago. 2001. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/175/169> Acesso em: 15 set. 2014.

LIMA, O. das C. **Auditoria**. Curitiba: IESDE, 2012.

MACHADO, V. S. de A.; NOVA, S. P. de C. Análise comparativa entre os conhecimentos desenvolvidos no curso de graduação em contabilidade e o perfil do contador exigido pelo mercado de trabalho: uma pesquisa de campo sobre educação contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v.2, n.1, p.1-23. Jan/abr. 2008. Disponível em: <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/viewArticle/19> Acesso em: 15 set. 2014.

PELEIAS, I.R.; SILVA, G.P. da; SEGRETI, J.B.; CHIROTTO, A.R. A evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade**. São Paulo. p.19-32, junho de 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>> Acesso em: 15 set. 2014.

PIAGET, J. **A epistemologia genética: sabedoria e ilusões na filosofia: problemas de psicologia genética**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RESENDE, M. M. **Jeitinho brasileiro tem jeito? O efeito do jeitinho brasileiro e da identidade moral no comportamento ético nas organizações**. 2015, 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília.

SÁ, L. de. **Ética Profissional**. 5ª Edição. Editora Atlas. São Paulo. 2004.

SIENA, O. **Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Porto Velho, GEPES/CDR/UNIR, 2007. ISBN 978-85-7764-023-2. Disponível em <http://www.mestradoadm.unir.br/downloads/104_manual_de_trabalho_academicorevisado_2011.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2014.

SOUSA, C. P.; DOS SANTOS, C. de M.; SILVA, L. B. V. A moralidade pública e a contabilidade: o papel social desse profissional fundamentado na responsabilidade ética, civil e penal. **Revista Jurídica Eletrônica da UFPI**, Teresina, v. 2, n. 01, 2016.

STUKART, H. L. **Ética & Corrupção: os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresarial**. São Paulo: Nobel, 2003.

VELTER, F.; MISSAGIA, L. **Auditoria Para Concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

WELLS, B.; SPINKS, N. Ética de cima para baixo. **HSM Management**. São Paulo, p. 142-146. Mar/abr. 1998.